



Educar em Revista

ISSN: 0104-4060

educar@ufpr.br

Universidade Federal do Paraná
Brasil

Fernandes Dinis, Nilson

Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência

Educar em Revista, núm. 39, enero-abril, 2011, pp. 39-50

Universidade Federal do Paraná

Paraná, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=155018743004>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência

Homophobia and education: when omission is also a sign of violence

Nilson Fernandes Dinis¹

RESUMO

Provocado pelo conceito de “amolador de facas”, criado pelo psicólogo Luis Antonio Baptista, este artigo busca discutir alguns aspectos da violência contra estudantes LGBTT e a omissão do tema da diversidade sexual e de gênero no currículo escolar como forma oculta de homofobia e da cumplicidade de educadores e educadoras com essa violência.

Palavras-chave: homofobia; educação; diversidade sexual.

ABSTRACT

Being motivated by the concept of “knife sharpener” created by the psychologist Luis Antonio Baptista, this article aims to discuss some aspects of the violence against LGBTT students and the omission of the topic of gender and sexual diversity in schools curriculum as a hidden way of homophobia and as a sign of educators’ complicity in this violence.

Keywords: homophobia; education; sexual diversity.

Em “Homofobia na perspectiva dos Direitos Humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação”, o juiz federal brasileiro Roger Raupp Rios traz uma interessante problematização em relação ao termo homofobia. De uma forma geral, ela é definida como o preconceito e a discriminação em relação às pessoas homossexuais, mas Rios (2009), ao se debruçar sobre o conceito,

¹ Professor adjunto no Departamento de Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), Brasil. Pesquisador bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). É também coordenador do grupo de pesquisa *Diversidade em Educação*. E-mail: ndinis@ufscar.br

nos lembra que sua apropriação no discurso acadêmico se deu a partir de uma condensação da palavra *homosexualphobia*, usada nas pesquisas do psicólogo americano George Weinberg no início dos anos setenta do século passado. Todavia, Rios observa também que foi a proposição do termo a partir da experiência masculina que originou “a proliferação de outros termos objetivando designar formas correlatas e específicas de discriminação, como putafobia (prostitutas), transfobia (travestis e transexuais), lesbofobia (lésbicas) e bissexualfobia (bissexuais)” (RIOS, 2009, p. 60).

A generalização do termo homofobia, um termo masculinizante que passou também a se referir as outras formas de discriminação contra a diversidade sexual de mulheres lésbicas, mulheres e homens bissexuais, travestis e transexuais, é interessante, pois nos revela mais uma das limitações de nossa linguagem e dos preconceitos implícitos nela. Como já tivemos oportunidade de ressaltar em texto anterior (DINIS, 2008), a linguagem é também um fator de exclusão e de expressão de preconceitos, principalmente nas línguas latinas, nas quais a conformidade com as regras tradicionais e pretensamente neutras da linguagem nos obriga a utilizar termos masculinos como signos genéricos referentes a mulheres e homens. Autoras que trabalham como uma perspectiva feminista, como a brasileira Guacira Lopes Louro (1997) e a espanhola Monserrat Moreno (1999), têm buscado alternativas a partir do uso concomitante da forma feminina e da forma masculina. Mesmo a sigla GLBT (gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais), utilizada pelos movimentos em prol da diversidade sexual, privilegiou durante muitos anos a precedência do termo masculino “gays” (que no Brasil, ao contrário do seu uso na língua inglesa, tem sido utilizado geralmente para referir a homens homossexuais), sendo somente nos últimos anos, que a partir da crítica feminista, foi adotada a forma LGBTT. É evidente que não há solução definitiva para o problema, pois poderíamos dizer que as formas mais desafiadoras da sexualidade normativa, como as experiências afetivo-sexuais de pessoas bissexuais, travestis e transexuais continuam no fim da sigla. Mas este é um eterno embate de resistência aos limites da linguagem, pois aprendemos, com Roland Barthes (1989), que infelizmente a função da linguagem não é comunicar, mas nos sujeitar, nos obrigar a dizer. Nesse sentido, a linguagem seria fascista, pois mais do que nos impedir de falar, nos obriga a dizer utilizando suas formas convencionalizadas.

Os termos homossexualidade e homossexual também poderiam ser questionados, pois, de acordo com os estudos sobre a sexualidade conduzidos pelo filósofo francês Michel Foucault (1988), somente no fim do século XIX é que os termos apareceram no discurso médico como formas patologizantes de se referir a experiências afetivo-sexuais entre pessoas do mesmo sexo. O psicanalista brasileiro Jurandir Freire Costa propõe a substituição desses termos

patologizantes pelo termo “homoerotismo”, pois, segundo o autor, resistir a tais terminologias implica em resistir também à carga negativa com que a ciência e a cultura vêm sobrecarregando tais termos (COSTA, 1992).

Questionar os limites e os preconceitos no uso da linguagem constitui também um exercício de resistência a processos de discriminação e exclusão e devem ser encorajados no espaço da educação. Um conceito é sempre uma tentativa de simplificar por meio de uma palavra, criada em um determinado contexto histórico-cultural, uma complexidade de experiências, no caso da sexualidade, uma complexidade de experiências com nossos corpos, com nossos prazeres e com outras pessoas. No entanto, questionar determinados conceitos nem sempre implica em desfazer-se completamente deles, nem negar sua utilidade e sua necessidade em determinados contextos específicos, o que inviabilizaria a possibilidade de qualquer pesquisa na área de Ciências Humanas, já que a maioria dos conceitos com as quais trabalhamos, sendo um deles o próprio conceito de sujeito, são problemáticos. Reconhecer conceitos como problemáticos implica em reconhecer a linguagem como construção histórico-cultural, negando sua pretensa neutralidade e universalidade, mas não implica necessariamente inviabilizar todas as pesquisas que trabalham com categorias que possam ser questionadas, embora recentemente essa tenha sido uma atitude ingênua bastante presente na crítica acadêmica na área das Ciências Humanas. Homossexualidade e homofobia têm sido termos largamente utilizados pela mídia, pelos movimentos sociais e pelo discurso acadêmico, assim, mesmo com todas as ressalvas que já apontamos anteriormente, optamos por utilizá-los neste artigo.

A homofobia se tornou, no mundo contemporâneo, um dos últimos preconceitos ainda tolerados. Qualquer brasileiro (a) pode se lembrar facilmente de vários nomes da política nacional ou dos movimentos de defesa dos Direitos Humanos que defendem publicamente o direito das minorias étnico-raciais, das mulheres, das (dos) presidiárias (os), dos (as) sem-terra, das pessoas com necessidades educativas especiais, mas que se escondem quando o assunto em pauta é o combate à violência ou a luta pelos direitos de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. Na atualidade poucas pessoas ousariam expressar publicamente formas de sexismo contra as mulheres, ou formas de racismo que incentivem explicitamente o preconceito contra a população negra, contra a população judaica, contra a população indígena, ou outras minorias étnico-raciais. No entanto, dizer publicamente não se simpatizar ou mesmo odiar pessoas homossexuais ainda é algo não só tolerado, como constitui também em uma forma bastante comum de afirmação e de constituição da heterossexualidade masculina. O pesquisador americano Donald Sabo analisa, por exemplo, como a homofobia é um dos mecanismos utilizados nas práticas esportivas na escola

para ensinar jovens atletas a desenvolver e provar sua “masculinidade”:

Lembro-me do seguinte episódio dos meus dias como jogador de futebol na escola de segundo grau: um garoto do segundo ano chamado Brian, um rapaz grande, mas gorducho, carecia de força física e do “instinto assassino” que, segundo nos ensinavam, era preciso para ser um bom jogador. Num dia quente e úmido, o treinador Shumock decidiu dar uma lição naquele rapaz. Chamou todo o grupo de defesa e obrigou o Brian a bloquear cada um de nós, um depois do outro. O tempo inteiro, o treinador o atormentava: “Quantas irmãs que você tem em casa, Brian? São seis ou sete? Quanto tempo demorou sua mãe para descobrir que você era menino, Brian? Quando foi que você deixou de usar vestidos como suas irmãs, Brian? Talvez o Brian gostaria de fazer uns biscoitos para nós amanhã, meninos. Você é mole, Brian, talvez mole demais para este time. O que vocês acham, meninos, O Brian é mole demais para nosso time?”. A provação continuou durante uns dez minutos, até o Brian desmoronar-se, exaurido e chorando. O treinador tinha vencido. Tive pena de Brian, talvez ele não fosse uma “fera” de bom jogador, mas estava lá, suando e se maltratando fisicamente como todos nós. No entanto, eu percebia que “ser mole” tinha de ser evitado a qualquer custo. Em última instância, me aliava com o treinador e o resto do time, me identificava “para cima” com a hierarquia masculina, em solidariedade com o time, e não “para baixo” com a vulnerabilidade e o sofrimento de Brian. Hoje eu sei que as mensagens homofóbicas do treinador ficariam comigo muito tempo, muito tempo depois das lágrimas de Brian secarem no sol daquele dia quente. (SABO, 2002, p. 38-39).

Na escola a homofobia se expressa por meio de agressões verbais e/ou físicas a que estão sujeitos estudantes que resistem a se adequar à *heteronormatividade*, conceito criado pelo pesquisador americano Michael Warner (1993) para descrever a norma que toma a sexualidade heterossexual como norma universal e os discursos que descrevem a situação homossexual como desviante. No contexto educacional, o termo *bullying* tem sido utilizado para nomear a violência sofrida por alunos (as) no ambiente escolar, e o termo *bullying homofóbico* tem sido utilizado para nomear especificamente a violência sofrida por alunas (os) gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. Um dos primeiros estudos sobre *bullying* foi desenvolvido no fim dos anos de 1970, pelo norueguês Dan Olweus, que define o termo como a exposição repetitiva de um (a) estudante a ações de agressão (físico e/ou verbal) por parte de uma ou mais pessoas com a intenção de infringir dano ou desconforto sobre a vítima (OLWEUS, 1993). Na escola o *bullying homofóbico* tem resultado

na evasão escolar de estudantes que expressam identidades sexuais e de gênero diferentes da norma heterossexual, e mesmo nas tentativas de suicídio de adolescentes em conflito com sua identidade sexual e de gênero, devido aos preconceitos e a discriminação sofrida no espaço escolar. Uma das principais vítimas no processo de evasão escolar também são as adolescentes travestis e as (os) adolescentes transexuais que dificilmente conseguem terminar seus estudos, sendo forçadas (os) a abandonar a escola, já que diferentemente de adolescentes gays e lésbicas, têm mais dificuldade em esconder sua diferença, tornando-se as vítimas mais visíveis dessa violência escolar.

Mas a situação de estudantes gays e lésbicas que tentam esconder sua orientação sexual também não é mais fácil já que o silenciamento e o ocultamento de sua sexualidade é também uma forma de violência. Como lembra Guacira Louro:

Ao não falar a respeito deles e delas, talvez se pretenda 'eliminá-los', ou, pelo menos, se pretenda evitar que os alunos e as alunas 'normais' os/as conheçam e possam desejá-los/as. Aqui, o silenciamento – a ausência da fala – aparece como uma espécie de garantia da 'norma'. (LOURO, 1997, p. 67-68).

Esse silenciamento, que se traduz também na omissão quando aparecem os casos de violência física ou verbal sofrida por estudantes que expressam sua diferença sexual e de gênero, é compartilhado pelas (os) professoras (es) que evitam discutir o tema da diversidade sexual e de gênero nas escolas. A pesquisadora canadense Deborah Britzman descreve muito bem as fantasias envolvidas no medo de professores (as) em abordar o tema da diversidade sexual no espaço escolar:

...existe o medo de que a mera menção da homossexualidade vá encorajar práticas homossexuais e vá fazer com que os/as jovens se juntem às comunidades gays e lésbicas. A ideia é que as informações e as pessoas que as transmitem agem com a finalidade de "recrutar" jovens inocentes. (...) Também faz parte desse complexo mito a ansiedade de que qualquer pessoa que ofereça representações gays e lésbicas em termos simpáticos será provavelmente acusada ou de ser gay ou de promover uma sexualidade fora da lei. Em ambos os casos, o conhecimento e as pessoas são considerados perigosos, predatórios e contagiosos. (BRITZMAN, 1996, p. 79-80).

Em “A atriz, o padre e a psicanalista – os amoladores de faca”, o psicólogo brasileiro Luis Antonio Baptista (1999) utiliza o conceito de “amolador de faca” para denunciar a cumplicidade social com a violência expressa, às vezes, no discurso da mídia, no discurso religioso e no discurso de saberes com a Psicologia e a Psiquiatria, mas que podemos aplicar também ao discurso educacional:

O fio da faca que esquarteja, ou o tiro certo nos olhos, possui aliados, agentes sem rostos que preparam o solo para esses sinistros atos. Sem cara ou personalidade, podem ser encontrados em discursos, textos, falas, modos de viver, modos de pensar que circulam entre famílias, jornalistas, prefeitos, artistas, padres, psicanalistas etc. Destituídos de aparente crueldade, tais aliados amolam a faca e enfraquecem a vítima, reduzindo-a a pobre coitado, cúmplice do ato, carente de cuidado, fraco e estranho a nós, estranho a uma condição humana plenamente viva. (BAPTISTA, 1999, p. 46).

O texto, escrito nos anos de 1990, remetia à três situações reais envolvendo a declaração de uma atriz em um programa televisivo dominical, a presença de uma psicanalista em outro programa televisivo juvenil de auditório e o discurso de um padre católico. Apesar do autor não identificar as personagens, a personagem da atriz parece remeter a uma participação da atriz global Cássia Kiss em um programa televisivo dominical no qual a atriz teria expressado seu desejo em não ter um filho homossexual. Mais recentemente a cantora Cláudia Leite e a modelo Isabeli Fontana também teriam se envolvido em uma situação polêmica parecida ao dar declarações semelhantes para a mídia sobre o desejo de não ter um filho homossexual.

No programa dominical, uma artista famosa, apaixonada pela natureza e pela poesia, afirma que não admitiria ter um filho homossexual. Justificando não ter preconceitos, já que é atriz, afirma ser esse tipo de pessoa o produto de um relacionamento familiar que não funcionou bem. Alguma coisa anda mal e seu filho está fadado a ser infeliz. A atriz apaixonada pelos poetas e pela ecologia amolou sensivelmente uma faca. (BAPTISTA, 1999, p. 48).

Os discursos da Psicologia, da Psicanálise e da Psiquiatria também têm sido utilizados para justificar o preconceito e a discriminação em relação à diversidade sexual, embora a homossexualidade tenha sido retirada da lista

de distúrbios mentais em 1973, pela *American Psychiatric Association*, e em 1985, pela *Associação Médica Brasileira*. O *Conselho Federal de Psicologia* também tem tido forte engajamento nos últimos anos nas políticas voltadas à luta pelos direitos das minorias sexuais e de gênero; estabelecendo, desde março de 1999, normas éticas para a atuação de psicólogas (os) em relação à questão da orientação sexual, “considerando que a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio, nem perversão” e também que os “psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades” (Conselho Federal de Psicologia, 1999, s.p.). No entanto, há ainda profissionais da área da psicologia que às vezes oferecem em *sites* da internet ou na privacidade dos consultórios tratamento para a homossexualidade. Jurandir Freire Costa (1995) e Graciela Haydée (1999) analisam a difícil relação entre a teoria psicanalítica e o comportamento da homossexualidade, o que produziu ao mesmo tempo conceitos normatizantes sobre o tema e em outros momentos conceitos libertários, sendo os últimos apropriados por parte do próprio discurso utilizado pelos movimentos de afirmação das minorias sexuais e de gênero. A pesquisadora americana Judith Butler (2004) também aponta a presença do discurso psicanalítico em parte da argumentação contra a adoção de crianças por casais homossexuais, ou mesmo contra o PAC (Pacto de Solidariedade Civil), que constituiu uma alternativa de reconhecimento de direitos para casais homossexuais no território francês. O discurso da personagem psicanalista, tão bem descrito no texto de Luis Antonio Baptista, resume alguns dos principais argumentos utilizados por essa apropriação normativa dos conceitos da Psicologia:

Em um programa para jovens cujo tema é sexo, uma psicanalista é entrevistada por adolescentes. Uma garota pergunta-lhe sobre o homossexualismo. A psicanalista assinala que os adolescentes não precisam temer, porque tendo uma infância saudável, um bom relacionamento com o papai e com a mamãe, o Édipo será resolvido, nada acontecerá. A psicanalista afirma também que o homossexualismo não é uma doença, e sim um sintoma, uma parada no desenvolvimento psicosssexual, uma tentativa inconsciente de resolvê-lo. Os adolescentes escutam, sérios, a especialista falar sobre os mistérios da alma. Após calorosos aplausos, os adolescentes paulistanos aprenderam que o homossexual é uma angustiada reedição de uma criança que precisa do amor do papai e da mamãe. (BAPTISTA, 1999, p. 47).

Outros (as) competentes *amoladores de facas* são as (os) representantes

de alguns setores religiosos. Em “A igreja e questão homossexual no Brasil”, o ativista do movimento LGBTT e também pesquisador Luiz Mott analisa historicamente a presença do discurso homofóbico nas religiões cristãs no Brasil, lembrando que muitos cristãos “pensam e agem em relação aos homossexuais, como se ainda vivêssemos sob o chicote e a fogueira da Santa Inquisição” (MOTT, 1999, p. 38). No Congresso Nacional Brasileiro, representantes da política ligados à igreja católica e às igrejas evangélicas têm se mobilizado contra a aprovação de direitos civis das minorias sexuais como a criminalização da homofobia, a união civil de casais homossexuais e o direito de adoção de crianças por parte das famílias homoparentais. Associações entre o comportamento homossexual, a promiscuidade e a causa de catástrofes naturais associadas a mudanças climáticas e o aparecimento de novas doenças também são comuns em programas televisivos comandados por religiosos durante as madrugadas. É neste sentido, que a fala do padre, descrita no texto de Luis Antonio Baptista, descreverá também a emergência da AIDS, que já foi chamada no passado de “câncer gay”:

Já ouvi de um jovem essa sentença: “Deus sempre perdoa; os homens, algumas vezes; a natureza, nunca”. No caso da AIDS, trata-se de uma decorrência da própria natureza que, profundamente atingida, reage normalmente, sem que Deus se veja na obrigação de alterar suas leis por um milagre. E esse castigo indireto de Deus visa ao bem do homem, à volta a uma vida saudável. Sem dúvida podemos dizer que tal castigo, no qual se manifesta a “ira de Deus” (foi o primeiro nome dado a AIDS), lembra Jesus empunhando o látigo no templo que os mercadores profanavam. E poderemos acaso profanar impunemente o templo do nosso corpo, que deve ser a habitação do Espírito Santo? Deus perdoa sempre os que desejam perdão, mas castiga-os, se necessário, deixando agirem as próprias leis naturais. (BAPTISTA, 1999, p. 48).

A atriz, a psicanalista e o padre compartilham, segundo Baptista (1999, p. 49), “a presença camuflada do ato genocida. São genocidas, porque retiram da vida o sentido de experimentação e de criação coletiva. Retiram do ato de viver o caráter pleno de luta política e o da afirmação de modos singulares de existir”. Embora não empunhem a arma, nem a faca que provoca diariamente o assassinato de pessoas que representam as minorias sexuais no Brasil, eles (as) são os (as) amoladores (as) de facas que colaboram indiretamente para tal genocídio, já que entender a homossexualidade como pecado, profanação do corpo e da sexualidade, como anormalidade e desvio de comportamento –

discursos importados da religião, da mídia e das ciências psicológicas - são também as principais justificativas utilizadas por assassinos em série ou grupos de extermínio de travestis, transexuais, bissexuais, gays e lésbicas no Brasil.

É interessante que em nenhum momento do texto de Luis Antonio Baptista seja mencionada explicitamente a área da educação. No entanto, educadoras e educadores costumam ser também competentes *amoladores de facas*. Em uma pesquisa anterior que realizamos com estudantes de Pedagogia de uma universidade pública, pudemos observar como conceitos normatizantes importados do discurso religioso e do discurso da Psicologia são às vezes apropriados por futuros (as) professores (as) para justificar atitudes preconceituosas e discriminatórias em relação à diversidade sexual e de gênero (DINIS; CAVALCANTI, 2008). Isso constitui um fator preocupante já que a escola, junto com a família e a mídia, constitui um forte agente na construção de parte significativa dos conceitos e preconceitos das novas gerações. E parte desses conceitos e preconceitos remete justamente às novas identidades sexuais e de gênero e aos novos modelos familiares que habitam o mundo contemporâneo.

Guacira Louro nos lembra que:

A escola é, sem dúvida, um dos espaços mais difíceis para que alguém “assuma” sua condição de homossexual ou bissexual. Com a suposição de que só pode haver um tipo de desejo sexual e que esse tipo – inato a todos – deve ter como alvo um indivíduo do sexo oposto, a escola nega e ignora a homossexualidade (provavelmente nega porque ignora) e, desta forma, oferece poucas oportunidades para que adolescentes ou adultos assumam, sem culpa ou vergonha, seus desejos. O lugar do conhecimento mantém-se, com relação à sexualidade, o lugar do desconhecimento e da ignorância. (LOURO, 2000, p. 30).

Essa ignorância sobre o tema, assim como a presunção assumida por professoras (es) de que a escola só deva discutir assuntos universais, sendo somente a norma da heterossexualidade concebida como natural e universal, exclui a sexualidade de estudantes LGBTTs e faz com que a diversidade sexual e de gênero seja um tema excluído do currículo, mesmo das aulas de Educação Sexual. Porém, como observa Britzman (1996, p. 92), “em vez de ver a questão da homossexualidade como sendo de interesse apenas para aquelas pessoas que são homossexuais, devemos considerar a forma como os discursos dominantes da heterossexualidade produzem seu próprio conjunto de ignorâncias tanto sobre a homossexualidade quanto sobre a heterossexualidade”. A dificuldade

em falar sobre a diversidade sexual é também uma dificuldade de educadores e educadoras em conhecer a própria sexualidade e suas múltiplas possibilidades de obter prazer. Questionar a sexualidade, seja ela hetero ou homossexual é entendê-la como uma construção em constante negociação com o outro e com o social e esse pode ser um passo fundamental para problematizar e pluralizar a sexualidade, compreendendo o processo que leva à formação das diversas identidades e desconstruir os pressupostos da heteronormatividade,

Outra justificativa bastante comum utilizada por educadoras e educadores para excluir o tema da diversidade sexual das discussões do currículo é a ideia de que as identidades sexuais pertencem ao domínio da vida privada. Para Britzman:

Este mito afirma, ao mesmo tempo, uma noção duvidosa de privacidade: que aquilo que a pessoa “faz” privadamente deve ter pouca consequência pública. [...] Além disso, a insistência de que a sexualidade deva ser confinada à esfera privada reduz a sexualidade às nossas específicas práticas sexuais individuais, impedindo que concebamos a sexualidade como sendo definida no espaço social mais amplo, através de categorias e fronteiras sociais. (BRITZMAN, 1996, p. 80).

Reduzir as identidades sexuais à vida privada também tem sido o argumento capcioso utilizado por escolas religiosas, mesmo em países progressistas em relação aos direitos das minorias sexuais, como o Canadá, para proibir educadores (as) de falarem sobre diversidade sexual e de gênero. Dessa forma, as escolas não expressam explicitamente seus preconceitos religiosos em relação ao tema e, ao mesmo, evitam infringir a *Canadian Charter of Rights and Freedom*, que desde 1982 já proíbe e punia discriminações baseadas na orientação sexual. No entanto, a falácia do argumento da privacidade da vida sexual fica exposta no fato de que as únicas identidades sexuais que não são realmente faladas, que são reduzidas ao mundo da vida privada, são aquelas que divergem da norma heterossexual. O pressuposto da heterossexualidade encontra-se explicitamente exposto nas aulas de Ciência que abordam a sexualidade apenas pelo viés reprodutivo, pelos livros de literatura que abordam apenas o amor romântico heterossexual, e também pelo modelo da família nuclear que é constantemente reproduzido nos livros didáticos.

Esse cenário de exclusão apela para que o tema da diversidade sexual e de gênero seja incluído no currículo de formação de novas professoras e professores para que possam futuramente desenvolver estratégias de resistência ao currículo heteronormativo. A omissão e o silenciamento significam pactuar

com a violência exercida contra estudantes gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. A escola deve ser também um espaço de formação de cidadania e de respeito aos direitos humanos, assim as (os) docentes devem ser encorajados a assumir sua responsabilidade no combate a todas as formas de preconceitos e discriminação que permeiam o espaço escolar. *A navalha de Occam* de educadores e educadoras, baseada no princípio da pluralidade sexual desnecessária, exclui do currículo as representações de mundo de estudantes gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, que resistem à matriz normatizante da sexualidade branca, ocidental, de classe média e heterossexual. Mas não podemos esquecer que navalhas também podem ser usadas no assassinato das minorias sexuais no Brasil, o que pode fazer de educadoras e educadores sutis amoladores de navalha diplomados e especializados.

REFERÊNCIAS

- BAPTISTA, Luis Antonio. A atriz, o padre e a psicanalista – os amoladores de faca. In: _____. *A cidade dos sábios*. São Paulo: Summus, 1999. p. 45-49.
- BARTHES, Roland. *Aula*. São Paulo: Cultrix, 1989.
- BRITZMAN, Deborah. O que é esta coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 71-96, jan/jun 1996.
- BUTLER, Judith. *Undoing gender*. New York: Routledge, 2004.
- CONSELHO Federal de Psicologia. Resolução CFP n. 001/99. 1999. Disponível em: <http://www.pol.org.br/legislacao/pdf/resolucao1999_1.pdf>. Acesso em: 16/12/2008.
- COSTA, Jurandir Freire. *A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.
- _____. *A face e o verso: estudos sobre o homoerotismo II*. São Paulo: Editora Escuta, 1995.
- DINIS, Nilson Fernandes. Educação, relações de gênero e diversidade sexual. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 29, p. 477-492, maio/ago 2008.

DINIS, Nilson Fernandes Dinis; CAVALCANTI, Roberta Ferreira. Discursos sobre homossexualidade e gênero na formação em Pedagogia. *Pro-posições*, Campinas, v. 19, n.2, p. 99-109, maio/ago 2008.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

HAYDÉE, Graciela. A psicanálise e os modernos movimentos de afirmação homossexual. *Psicologia Ciência e profissão*, Brasília, v. 19, n. 2, p. 50-53, 1999.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 7-34.

MORENO, Monserrat. *Como se ensina a ser menina*. São Paulo: Moderna; Campinas: UNICAMP, 1999.

MOTT, Luiz. A igreja e a questão homossexual no Brasil. *Mandrágora*, São Bernardo do Campo, n. 5, p. 37-41, 1999.

OLWEUS, Dan. *Bullying at school: what we know and what we do*. Oxford: Blacwell Publishing, 1993.

RIOS, Roger Raupp. Homofobia na perspectiva dos Direitos Humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). *Diversidade sexual na escola: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Edições MEC/UNESCO, 2009. p. 53-83.

SABO, Donald. O estudo crítico das masculinidades. In: ADELMAN, Miriam; SILVESTRIN, Celsi Brønstrup. (Orgs.). *Gênero plural*. Curitiba: Ed. UFPR, 2002. p. 33-46.

WARNER, Michael. *Fear of a Queer Planet: queer politics and social theory*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.

Texto recebido em junho de 2010.

Texto aprovado em outubro de 2010.